

**REVISTA
INTERNACIONAL
DE
LÍNGUA
PORTUGUESA**

Associação das Universidades de Língua Portuguesa
Dezembro 1991

5/6

Interferência e Variante Linguística. Algumas Considerações Sociolinguísticas sobre o Português Falado em Moçambique

João Gomes da Silva*



Introdução

Neste artigo gostaríamos de sugerir algumas reflexões de carácter sociolinguístico sobre factores que interferem directa ou indirectamente na fixação de uma variante do português, neste caso, Moçambique.

A situação da língua portuguesa em Moçambique já foi várias vezes referenciada em artigos, comunicações e teses sobre o fenómeno linguístico em Moçambique. Esta situação caracteriza-se essencialmente pelo contacto de línguas e dos fenómenos, a vários níveis de análise, daí decorrentes.

Ao se reflectir sobre o fenómeno da variação da língua portuguesa em Moçambique, deve imperativamente ter-se em conta uma série de factores determinantes e constringentes. Esses factores vão desde a diversidade e variedade linguística (e sociolinguística) do território até as dificuldades na delimitação de um «corpus» nacional de estudo. As dificuldades de acesso aos locais e a multiplicidade/diversidade linguística do território obrigam-nos a nos centrarmos em situações mais acessíveis.

O bilinguismo social, consequência do contacto de línguas e determinante no desenvolvimento de uma variante do português em Moçambique apresenta-se, também, diversificado «à priori» em dois tipos de situação sociolinguística: as zonas rurais e urbanas.

Nas zonas rurais a situação caracteriza-se por um monolingüismo dominante (língua Bantu local), ou seja, a necessidade de utilização da língua portuguesa quase não se faz sentir. O isolamento, o distanciamento da cidade, dos órgãos governamentais, dos meios de informação e, sobretudo, pelo facto de se tratarem de comunidades linguisticamente homogêneas, reduz a utilização do português a situações muito limitadas, pontuais e previsíveis (os limites da escola, a administração, etc).

* Universidade Eduardo Mondane.

O caso das cidades, sobretudo Maputo, assemelha-se a muitos outros casos idênticos em vários países do Terceiro Mundo. Existe um grande afluxo populacional que a própria cidade muitas vezes não suporta, etc. Assim, o bilinguismo é dominante, ou seja, para se poder sobreviver na cidade tem que se falar português, a língua veicular. Esta situação provoca uma série de fenómenos característicos de situações de línguas em contacto e que afectam com mais ou menos incidência as línguas em causa. Para se falar do português de Maputo (e a partir de agora, pelas razões apontadas no início falaremos só de Maputo) deve-se ter em mente que o facto de este ser maioritariamente «manuseado» por falantes cuja língua materna é uma língua Bantu, suscita uma série de interferências a todos os níveis linguísticos (sintáctico, morfológico, lexical, etc.). Parece-nos que no português de Maputo começam já a aparecer um certo número de erros e desvios que pela sua frequência e regularidade constituem o embrião de uma futura norma da capital. É óbvio que não se pode falar de uma variante moçambicana, o que aliás é válido para todos os países do mundo. Quando muito, e isso dependerá do que futuras investigações conseguirem trazer a lume, se poderá falar de variantes regionais específicas a cada uma das zonas deste tão vasto território.

Actualmente, as investigações sobre o português de Moçambique (em particular de Maputo) centram-se essencialmente de um ponto de vista linguístico. Podem-se indicar, p. ex.; nomes como Gonçalves, P., Machungo, I., Carrilho, M. J. Albarran, M. J., entre outros.

Parece-nos, no entanto, que apesar da grande validade destes trabalhos, não nos podemos desligar de outros factores não menos importantes que contribuem para a fixação de uma variante do português. Se o tsonga (grupo de línguas Bantu faladas no sul, sendo o xi-ronga e o xi-changana as línguas de Maputo) interfere no português de Maputo, existem por outro lado alguns factores sociolinguísticos determinantes que institucionalizam o desvio, contribuindo assim para a fixação da variante.

A variante do Português de Maputo

1. Norma / variante

Dos muitos factores sociolinguísticos sobressai naturalmente o bilinguismo que resulta em fenómenos de alternância de código, de interferência, de «calque», etc. O surgimento destes fenómenos faz com o português de Maputo se distancie cada vez mais da norma do português padrão europeu, sobretudo depois de 1975 onde o ensino e os contactos entre as regiões foram alargadas. As campanhas de alfabetização, a acessibilidade à escola e as próprias exigências da nova vida nacional, aumentaram consideravelmente o número de falantes do português.

A questão da variante de Maputo, levanta ainda um outro tipo de problema que, finalmente, parece-nos contribuir na fixação desta mesma variante. Sociolinguisticamente falando, ela é um fenómeno ainda mal aceite e não assumido. O sentimento colectivo é que apesar de inevitável ela é «marginal». Mesmo noutros países em que se fala uma(s) variante(s) português europeu, a situação é algo diferente: por exemplo no Brasil, apesar das várias variantes regionais, a variante padrão do português brasileiro é a de S. Paulo ou a do Rio de Janeiro. Com Maputo não acontece o mesmo. Na realidade o paradoxo actual é que a norma padrão moçambicana institucionalizada pelo governo ligada à herança da história colonial é a variante do português europeu, com a qual os moçambicanos praticamente não tem nenhum contacto. De resto, esses mesmos falantes não reproduzem essa variante. Alguns estudos linguísticos dos autores já citados, demonstraram a regularidade de certos fenómenos linguísticos que apontam para uma variante do português em Moçambique. No entanto, o estatuto social do português, língua de prestígio, relega a essa mesma variante a imagem do «erro». Efectivamente, o orador político, o professor, o técnico, o comerciante, etc. que constituem as camadas altas da população, esforçam-se por utilizar aquilo que

eles julgam ser a norma do português europeu, portanto, norma de prestígio.

Deste ponto de vista sociolinguístico, parece-nos haver consequentemente dois tipos de fenómenos que caracterizam o português de Maputo:

- fenómenos de hiper correcção (observáveis em utilizadores «públicos» do português: locutores da rádio, homens políticos);
- fenómenos de insegurança linguística.

O impacto destes fenómenos que interferem na consolidação do português de Maputo, será tomado em conta mais adiante.

2. Factores de «cristalização» da variante

Se admitirmos que uma situação de línguas em contacto tem consequentemente fenómenos linguísticos de interferência, neste caso o português, parece-nos, por outro lado, que essa mesma interferência pode ser transitória ou estável. Quer isto dizer que, para além dos erros clássicos de interferência de L1 para L2, observamos também que o erro muitas vezes depende do grau de escolarização do falante. Isto leva-nos a crer que existem, no caso presente, dois tipos de erro: o erro consequente do próprio processo de aprendizagem do português aquilo a que provisoriamente chamaríamos de «erro cristalizado» ou «desvio». Este último é comum a um grande número de falantes, portanto, massivamente reproduzido quer na utilização oral quer escrita da língua.

Em relação ao primeiro tipo de erro, trata-se normalmente daquilo a que classicamente se chamaria de «interlíngua» ou seja, no processo de aprendizagem da língua 2, os indivíduos elaboram certas hipóteses, criam mecanismos de economia, fazem generalizações. Normalmente, nos processos de aprendizagem existem várias interlínguas sendo as formas incorrectas progressivamente substituídas por formas

socialmente aceites. Este fenómeno escapa ao nosso objectivo de reflexão dado que se tratam de casos particulares, podendo-se dizer que cada indivíduo é específico na sua própria interlíngua.

O que nos parece particularmente interessante é o segundo tipo de erro. A partir do momento em que os desvios são comuns a um grande número de falantes, começam a ser a génese da própria variante. Estes desvios continuam, no entanto a entrar em choque com o português, língua de instituição social e de ensino, uma vez que a norma de prestígio social continua a ser a do português europeu.

O desvio, para que se torne massivamente reproduzido depende de uma série de factores sociolinguísticos que contribuem não na fixação ou «cristalização» do erro como na sua própria reprodução. Esta parece-nos ser uma perspectiva nova de investigação que se abre ao estudo do português de Moçambique que infelizmente até hoje não existe.

Da nossa pouca experiência de trabalho neste domínio, julgamos que existem neste momento quatro grandes factores sociolinguísticos que necessitariam de uma investigação mais séria e rigorosa:

- a) A classe social;
- b) A escola;
- c) Os órgãos de informação;
- d) A nova geração urbana.

a) A classe social

A sociedade moçambicana, particularmente a de Maputo, sofreu um processo abrupto de reorganização e reestruturação desde 1975. Tendo acabado a «elite» colonial portuguesa, esta foi pouco a pouco substituída por uma elite nacional de dirigentes políticos e, essencialmente, quadros do aparelho do Estado. Nos últimos anos começou também a aparecer um grande número de comerciantes empresários privados com uma situação económica privilegiada.

Esta nova burguesia emergente tem uma grande influência nos vários sectores da sociedade. Não se pode esquecer que se trata também de indivíduos bilingues com todas as consequências linguísticas e socio-linguísticas que daí advêm.

A importância desta classe na fixação do desvio é justamente pelo lugar que ela ocupa na sociedade.

Trata-se de uma classe que, por ser de prestígio, utiliza normalmente a língua portuguesa em todas as relações familiares. Os filhos destes indivíduos têm acesso à escola, aprendem normalmente o português precocemente e utilizam-no no seu quotidiano.

É, portanto, uma classe que manuseia a língua na oralidade e na escrita e, pelo facto de se tratar da classe elevada da população constitui frequentemente o modelo linguístico de outras classes da sociedade. O que nos parece é que esta classe, falando normalmente o português como L2 é responsável pela reprodução do desvio (de maneira inconsciente) do português e, pelas características sociais que lhe são inerentes, na conseqüente fixação da variante. Para além disso, são muito frequentes em indivíduos desta classe, os fenómenos de hiper correcção, sobretudo nos níveis fonéticos e fonológico.

b) A Escola

Como já foi anteriormente afirmado, o paradoxo linguístico actual é o facto de a norma oficial ser a do português europeu, norma essa com a qual a grande maioria dos indivíduos não tem praticamente contacto, sendo disso a escola um exemplo flagrante. Efectivamente o corpo docente é essencialmente constituído por indivíduos do português L2 e, normalmente com fraca preparação. Recordar-se que numa cidade superpovoada como Maputo o número de alunos é cada vez maior, chegando ao ponto de por em risco o próprio processo pedagógico (p. ex., existem em média 90 alunos para um professor primário).

Sendo a escola o meio, por excelência de difusão da norma linguística, o caso de Maputo não escapa à regra, tendo contudo,

as suas particularidades. O português, língua de ensino é falado pelos alunos e pelos professores com os mesmos erros. O professor não só não controla o desvio como ao mesmo tempo o «institucionaliza» pois a escola é socialmente a norma. Este parece-nos, por si só, constituir um factor determinante na fixação da variante. Por outro lado quer nos parecer que pelo facto de os programas de língua portuguesa não serem programas na perspectiva de ensino de uma segunda língua, deixa em aberto a possibilidade de os alunos e professores se fixarem em questões de análise linguística, por exemplo, escapando-lhes completamente o controle da sua própria «performance» do português. É por esta razão que mesmo a nível do ensino universitário se encontra o registo daquilo a que se poderia chamar de variante do português de Maputo.

c) Os órgãos de informação

Os órgãos de informação que no nosso caso nos parecem mais importantes, são a Rádio Moçambique e o jornal «Notícias» o diário de maior tiragem a nível do país. Tal como a escola, estes órgãos constituem os veículos difusores da língua portuguesa, língua oficial do Estado. Estes órgãos possuem jornalistas novos, provenientes e inseridos no contexto linguístico de Maputo e, naturalmente falantes de português L2.

Assim, tanto a rádio como o jornal revelam-se potentes veículos de reproduções do erro, principalmente em programas radiofónicos de grande audiência (emissões que questionam os problemas do dia-a-dia dos cidadãos, programas de mensagens, etc.). O jornal reproduz o erro na sua forma escrita. Estes dois meios de informação constituem assim, um factor social da variante. Isto quer dizer que o registo linguístico veiculado por estes órgãos começa aos poucos a deixar de entrar em contradição com o português de Maputo. A nosso ver, a cristalização do erro surge quando o leitor reconhece no que lê no jornal ou ouve na Rádio, a sua própria variante.

d) A nova geração urbana

Por último, existe um factor que constitui o embrião da futura variante estável do português de Maputo.

De há alguns anos para cá, está a surgir em Maputo uma nova geração de crianças filhos, principalmente, de pais da classe alta da população de Maputo (mas não só). Esta geração ou tem o português como língua materna, ou o aprende precocemente, sendo a sua competência linguística, nos casos de bilinguismo, normalmente superior à do tsonga. Sendo filhos da classe alta da população, a utilização é, como já disse, por esta classe quase exclusivamente o português, língua de prestígio, no quotidiano.

A importância desta nova geração na fixação da variante é que, o português que ela adquire é, não a normal do português europeu, mas a variante a que nos temos vindo a referir. Esta aprendizagem quer por parte dos pais, quer por via escolar, resulta finalmente na reprodução da variante utilizada por estas «fontes» de aquisição da língua. É uma variante que a escola não controla, reproduzindo-a e fixando-a.

No seu relacionamento quotidiano a criança desta geração está, ela própria, a constituir o futuro falante «nativo» de uma futura norma do português de Maputo.

Conclusão

Pretendeu-se neste breve artigo mostrar que existe em Maputo o fenómeno sociolinguístico da variante do português.

O seu estudo pode ser feito numa perspectiva linguística (estudo dos fenómenos de interferência, etc.). No entanto parece-nos que a descrição linguística deste fenómeno não explica, por si só, quais os mecanismos sociais actuais que determinam a consolidação desta variante. Tentou-se levantar pistas de investigação e factores sociolinguísticos que neste momento entram em jogo no contexto da actual dinâmica do português em Moçambique. Estamos convencidos de que futuras inves-

tigações rigorosas neste domínio provavelmente modificarão ou aprofundarão algumas afirmações ou pressupostos que ao longo destas linhas se deixaram transparecer.

